

LETRAMENTO INCLUSIVO: UMA ANÁLISE REALIZADA POR MEIO DE REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Adriana Moreira de Souza Corrêa *

Francileide Batista de Almeida Vieira **

Resumo: Este artigo objetiva analisar pesquisas científicas que abordam o conceito de letramento inclusivo para pessoas com deficiência, identificando a metodologia, os participantes e os espaços de realização. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, exploratória, com dados analisados em uma abordagem qualiquantitativa. O *corpus* de análise é formado por 16 textos (trabalhos completos publicados em anais de eventos, artigos de periódicos, dissertações e teses) divulgados entre 2008 e 2019, disponíveis em três bases de dados: *Scientific Electronic Library Online*, *Scopus* e Google Acadêmico. Constatamos a necessidade de divulgação desse conceito e a ampliação de pesquisas a ele relacionadas, realizadas em outros espaços, para além dos escolares, envolvendo diferentes partícipes das práticas de letramento inclusivo. **Palavras-chave:** Letramento Inclusivo. Pesquisa Exploratória. Revisão Sistemática da Literatura. Pessoa com deficiência.

INCLUSIVE LITERACY: AN ANALYSIS CONDUCTED THROUGH A SYSTEMATIC REVIEW OF THE LITERATURE

Abstract: This article aims to analyze scientific research that addresses the concept of inclusive literacy people with disabilities, identifying the methodology, participants and spaces for development. It is a systematic review of the literature, exploratory, with data analyzed in a qualiquantitative approach. The corpus of analysis is formed by 16 texts (complete works published in event annals, journal articles, dissertations and theses) published between 2008 and 2019, available in three databases *Scientific Electronic Library Online*, *Scopus* and *Google Academic*. We have noted the need to disseminate this concept and the expansion of related research, carried out in other spaces besides the school ones, involving different participants in the inclusive literacy practices.

Keywords: Inclusive Literacy. Exploratory Research. Systematic Literature Review. People with disabilities.

Introdução

O processo de interação mediado pela linguagem requer dos indivíduos conhecimentos múltiplos, que variam desde a apropriação do código e de diferentes linguagens, que se modificam em função das situações de uso, até as características que os interlocutores apresentam ao utilizar essas linguagens para a interação social,

dentre as quais destacamos aquelas inerentes à pessoa com deficiência. Desse modo, podemos inferir que a maneira que utilizamos a língua e as linguagens a ela associadas, ainda que em um mesmo gênero do discurso, precisa de ajustes para oportunizar melhores condições de inclusão, de forma a permitir a compreensão da informação e a participação no evento de letramento compartilhado pelos interlocutores.

A título de exemplificação, apresentamos o uso do gênero receita: para o cego, podemos usar recursos táteis, como o registro no código braile ou descrição da receita de maneira oral; já para o surdo, o registro escrito e/ou em vídeo pode ser mais apropriado para essa situação. Ainda considerando o registro escrito para o surdo, é relevante destacar que o uso da língua portuguesa escrita configura-se como segunda língua, ou seja, o surdo usuário da Língua Brasileira de Sinais (Libras), geralmente, apresenta menor proficiência na língua portuguesa. Portanto, o registro e a leitura do gênero receita, na interação com esse sujeito, podem requerer modificações para que se tornem acessíveis, seja realizando a tradução/interpretação de trechos do texto, seja utilizando um vocabulário conhecido pelo interlocutor.

Ressaltamos que a Libras é definida na Lei nº 10.436 como um sistema linguístico visual-motor com gramática própria, que expressa conceitos concretos e abstratos, constitui-se a partir da experiência visual do surdo e expressa a sua cultura (BRASIL, 2002). Desse modo, seu uso permite a participação dos surdos nas práticas letradas da sociedade contemporânea.

Já para as pessoas com Deficiência Auditiva (DA), nomenclatura usada para indivíduos que possuem diminuição na acuidade auditiva e não se reconhecem como surdas nem usam Libras, a interação através da oralidade é uma possibilidade, que pressupõe o uso de outros recursos e estratégias, tais como aparelhos auditivos e leitura labial. Além disso, essa proposta demanda a diminuição dos ruídos do ambiente e o posicionamento do interlocutor com a face de frente para a pessoa com DA, a fim de favorecer a compreensão das informações.

Nesse sentido, o uso de pistas não verbais – como entonação ou descrição (para o cego) e imagem (para o surdo) – também contribui para a construção do significado da mensagem e deve ser divulgado e considerado em sua produção.

As práticas supracitadas trazem em comum a necessidade de tornar um texto acessível para determinado grupo, permitindo a sua participação social e a

aprendizagem. Contudo, entender essas especificidades ultrapassa a aquisição das linguagens, uma vez que nos convida a desenvolver estratégias para identificação das linguagens mais adequadas à produção de mensagens, de maneira a permitir a inclusão das pessoas que participam de determinado momento interativo, na escola ou em outros espaços sociais.

Dessa forma, as práticas de uso da leitura e da escrita, que chamamos de letramentos, tornam-se múltiplas, pois são modificadas em função dos espaços sociais nos quais a linguagem é utilizada (como os letramentos familiar, escolar, entre outros), do tipo de uso de determinada linguagem (a exemplo do letramento visual), da situação comunicativa, das necessidades dos interlocutores e da função que exercem dentro das instituições. Assim, neste escrito enfatizamos o letramento inclusivo, definido por Sato (2008) e Batista-Júnior (2008) como práticas de uso da leitura e da escrita, nas quais os textos são utilizados de maneira a favorecer a inserção social da pessoa com necessidades educacionais específicas.

Em busca de identificar a abordagem desse tema na literatura científica, realizamos esta pesquisa com o objetivo de analisar objetos de estudo que contemplam o termo letramento inclusivo em pesquisas já realizadas sobre o tema, identificando a abordagem metodológica adotada, os participantes envolvidos e os espaços de realização. A presente investigação foi realizada considerando trabalhos completos publicados em anais de eventos, artigos disponíveis em periódicos, dissertações e teses disponíveis em três bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Scopus* e *Google Acadêmico*.

Para tanto, realizamos uma revisão sistemática da literatura (GALVÃO; PEREIRA, 2014), constituindo o *corpus* com 16 textos publicados entre 2008 e 2019. Diante disso, este estudo configura-se como uma pesquisa exploratória, com dados analisados em uma abordagem qualiquantitativa.

Este artigo está organizado em cinco seções: 1) a introdução, que apresenta as reflexões que geraram a pesquisa e o seu delineamento; 2) um tópico denominado *Letramento inclusivo?*, que discorre sobre a utilização e significado do termo; 3) a seção *Metodologia*, que explica o tipo de pesquisa e as etapas da investigação, elencando os critérios de seleção dos textos; 4) *organização, sistematização e discussão dos estudos sobre o letramento inclusivo*, que apresentam a análise dos

textos selecionados; 5) as considerações finais, que trazem os principais entendimentos forjados mediante as análises.

1 Letramento inclusivo?

Os estudos sobre letramento no Brasil remontam à década de 1980, quando Mary Kato inseriu o termo em uma análise apresentada no livro *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, publicado em 1986; e Leda Verdiane Tfouni, em 1988, na obra *Adultos não alfabetizados; o avesso do avesso*, diferencia alfabetização e letramento (SOARES, 2007).

Nas últimas décadas, outros estudos têm sido incorporados para compreendermos a extensão do tema que se torna cada vez mais situado, local e historicamente. Seguindo as discussões do Grupo Nova Londres, Roxane Rojo, uma das autoras que orienta os seus estudos na perspectiva dos Multiletramentos, explica que os letramentos são múltiplos e indissociáveis da realidade social na qual são produzidos e orienta tanto a valorização de práticas do cotidiano quanto de diferentes culturas e suas produções, não restritas ao texto escrito, que emergem da combinação de diferentes linguagens mediadas ou não pela tecnologia digital (ROJO, 2012).

Diante dessa multiplicidade de valores que interferem nos estudos e na concepção do letramento, adotamos a conceituação de letramento inclusivo, um termo que se insere na abordagem dos Novos Estudos do Letramento (NEL) e compreende as práticas sociais de leitura e de escrita como múltiplas, situadas e necessárias para a interação e o desenvolvimento dos seres humanos, em especial, daqueles que apresentam Necessidades Educacionais Específicas (NEE) (ANDRADE, 2013). Optamos por utilizar a expressão “em especial” porque os letramentos constituídos nas práticas diárias de uso da leitura e da escrita modificam a percepção que construímos sobre o uso da língua, do outro e do uso dessas práticas letradas em determinado grupo social.

Andrade (2013) explica, ainda, que as primeiras pesquisas desenvolvidas no Brasil para identificar e compreender as práticas de letramento inclusivo foram desenvolvidas em um projeto coordenado pela Profa. Dra. Maria Izabel Magalhães, entre 2006 e 2008, denominada “Discursos, Identidades e Práticas de Letramento no Ensino Especial”. Esse projeto, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Linguagem

(NELiS), do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília (UnB), buscou analisar discursos e práticas de letramento inclusivo.

Batista-Júnior (2008, p. 69) define o letramento inclusivo como “[...] as práticas nas quais os textos (gêneros discursivos) exercem influência, direta ou indiretamente, no processo de tornar a pessoa com necessidades educativas especiais incluídas na prática escolar”. Nessa pesquisa, as práticas de letramento são conceituadas como “[...] a forma como os membros de um grupo social faz uso e atribuem significado à escrita” (BATISTA-JÚNIOR, 2008, p. 18). Assim, para o autor, as práticas de letramento inclusivo não se restringem apenas às atividades didáticas mediadas pelo uso da leitura e da escrita (letramento pedagógico), por meio das quais o professor e o estudante interagem em sala de aula, mas perpassam diversos eventos de letramento que podem promover a inserção desses estudantes na cultura letrada. Como exemplos, o autor cita as publicações em murais, os registros burocráticos sobre esses estudantes, entre outros.

Nesse sentido, Batista-Júnior (2008) elenca outros letramentos necessários para a promoção do letramento inclusivo, tais como: letramento digital, envolvendo o acesso ao texto e à interação em espaços digitais; institucional, englobando documentos como avisos, diretrizes, circulares, contatos entre a direção e professores, entre outros; informal, nas mensagens, por exemplo; acadêmico, do ensino formal e do uso formal da língua, orientações de outras instituições, sejam por meio de cartazes ou outros. Esses textos expõem, em comum, formatos e informações que podem favorecer o acesso do estudante com NEE à informação do texto ou contribuir para a promoção de atividades por outros interlocutores, que favoreçam a participação do estudante com deficiência às interações mediadas pela linguagem.

Dessa maneira, as discussões sobre o letramento inclusivo coadunam com os princípios defendidos na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), documento que destaca o direito das pessoas com deficiência à educação, mediante a adoção de práticas que promovam a participação dos alunos em condições de igualdade e equidade nas atividades escolares, propiciando oportunidades de desenvolvimento pessoal, cultural, social e profissional.

Diante do exposto, buscamos identificar a abordagem desse conceito na literatura em diferentes espaços de publicação do conhecimento científico. Para isso, orientamo-nos pelos passos metodológicos descritos na seção a seguir.

2 Metodologia

A investigação caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, compreendida como uma fase preliminar de contato com as publicações que versam sobre o tema, realizada com o intuito de proporcionar familiaridade dos investigadores com as discussões presentes na literatura especializada. Em geral, é organizada na forma de pesquisa bibliográfica ou Estudo de Caso (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Para a produção deste escrito, utilizamos a técnica da revisão sistemática da literatura, que permite selecionar, compilar e divulgar resultados encontrados em determinada(s) base(s) de dados sobre um assunto em particular. Galvão e Pereira (2014, p. 183) explicam que a revisão sistemática “Trata-se de um tipo de investigação focada em questão bem definida, que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis”.

Para realizar a revisão sistemática, o pesquisador deve orientar-se por um protocolo dessa investigação. Nessa perspectiva, a proposta apresentada por Galvão e Pereira (2014) compreende sete etapas: 1) definição do(s) objetivo(s); 2) seleção do *corpus*; 3) análise/extração dos dados; 4) avaliação da qualidade metodológica dos artigos que comporão o *corpus*, sendo esse um critério de inclusão/exclusão de trabalhos; 5) síntese dos dados; 6) avaliação da qualidade das evidências; 7) produção do texto e publicação dos resultados.

Para favorecer a seleção de evidências com qualidade, a pesquisa em tela foi realizada com o objetivo de reunir discussões publicadas na literatura, que contribuíssem para ampliar a compreensão do letramento inclusivo a partir de dados científicos que passaram pela revisão de outros pesquisadores, tais como os trabalhos completos publicados em anais de eventos, artigos de periódicos científicos, dissertações e teses. Assim, definido o objetivo, realizamos no dia 6 de setembro de 2020 uma pesquisa exploratória em três bases de dados - o *Scielo*, *Scopus* e o Google Acadêmico – para a composição do *corpus*.

No repositório *Scielo*, efetuamos busca pelo termo “letramento inclusivo” no primeiro extrato, em quaisquer campos (assunto, resumo, palavras no título entre outros) e o sistema indicou que os resultados para a busca eram nulos.

No repositório *Scopus*, na mesma data, realizamos uma pesquisa pelo termo “letramento inclusivo”, sem acrescentar refinamentos adicionais e obtivemos 18 resultados, contudo, ao analisar os títulos, resumo e palavras-chave, notamos que os textos abordavam letramentos acadêmicos, digitais, entre outros, em espaços inclusivos, mas não se referiam ao conceito cunhado por Sato (2008) e Batista-Júnior (2008).

No Google Acadêmico, ao inserir na caixa de busca o termo “letramento inclusivo”, retornaram 32 resultados. Excluímos, inicialmente, alguns textos, com base nestes critérios: um por ser uma carta ao editor; um por não ser possível identificar o local de publicação ao inserir esse título na base de dados, bem como por haver uma advertência para que o conteúdo não fosse publicado; um por requerer *login* de acesso a uma plataforma educacional restrita aos alunos do curso em que foi produzido o texto; três livros que não estão acessíveis gratuitamente; um Projeto Político Pedagógico (PPP); um resumo que não apresentava o conceito “letramento inclusivo” no texto, ou seja, no qual as palavras foram apresentadas separadamente.

Para delimitar se os dados adequavam-se ao objetivo, os textos foram analisados pelo título, resumo, palavras-chave e por meio de uma leitura dinâmica, estudando, cuidadosamente, as seções nas quais o termo estava presente, a fim de identificar se o autor havia feito a menção de maneira fortuita, ou seja, se o contexto de uso não trouxe evidências de associação às pessoas com deficiência, ou ainda se o termo adequava-se à percepção de Sato (2008) e Batista-Júnior (2008).

Três teses foram incluídas no estudo. Entre nove dissertações, excluímos uma por citar, apenas uma vez, o letramento inclusivo como um dos tipos de letramento; uma por citar o letramento inclusivo somente no estado da arte, em um parágrafo para apresentar os tipos de letramentos, sem utilizar o termo no decorrer do texto; uma por relacionar o letramento inclusivo a minorias étnicas e sem analisar as aplicações do termo junto à pessoa com deficiência; uma pelo termo aparecer apenas no título de uma das referências; uma na qual o termo aparece uma única vez, de maneira fortuita, em uma conclusão de que os letramentos devem ser inclusivos.

Na categoria periódicos, identificamos sete ocorrências, dentre as quais apenas uma foi excluída por se tratar de letramento e inclusão digital. Na categoria trabalhos completos publicados em anais de eventos, identificamos cinco ocorrências, sendo dois eventos nacionais e três internacionais. Desses, dois foram excluídos por discorrerem sobre letramento e inclusão separadamente, além do fato de a presença do termo não se relacionar ao conceito apresentado por Sato (2008) e Batista-Júnior (2008).

Excluídos dezesseis textos a partir das análises anteriormente expostas, compusemos o *corpus* com dezesseis textos: três teses, quatro dissertações, seis artigos publicados em periódicos e três trabalhos completos publicados em anais de eventos (dois em eventos internacionais e um em evento nacional). Realizamos a leitura dos textos, na íntegra, com o objetivo de identificar as bases teóricas utilizadas, os pesquisadores, os principais espaços de publicação, metodologias e a relação do termo com o objeto de estudo, conforme apresentamos a seguir.

3 Resultados e discussão

Analisando os textos selecionados, podemos afirmar, inicialmente, que o termo letramento inclusivo assume diferentes significados nos textos analisados, para a inserção de pessoas em uma atividade específica ou para a referência aos usos sociais da língua como promotoras da inclusão da pessoa com deficiência. Batista-Júnior (2008), por exemplo, trabalha o conceito de letramento inclusivo, ao passo que o estudo de Sato (2008) evidencia o termo “práticas de letramento inclusivo”. São nuances tênues entre as pesquisas, mas que precisam ser identificadas, pois, ao passo que Batista-Júnior (2008) apresenta o termo na perspectiva da conceituação, Sato (2008) opta por destacar as ações que nos permitem a compreensão desse fenômeno linguístico: o letramento.

Além disso, ressaltamos que o termo aparece nos estudos em diferentes registros associados ao ensino, tais como PPP, livro, carta do editor, entre outros. Contudo, a efeito deste estudo, centraremos nos textos científicos.

Para visualização do panorama de textos científicos utilizados nesse estudo, sintetizamos, no Quadro 1, uma relação contendo ano de publicação, autores e espaços científicos nos quais as pesquisas foram divulgadas:

Quadro 1: Corpus de análise

	Ano	Autor(es)	Tipo de publicação
1	2008	Sato	Dissertação
2	2008	Batista-Júnior	Dissertação
3	2009	Batista-Júnior	Trabalho completo em Anais (evento internacional)
4	2011	Batista-Júnior	Trabalho completo em Anais (evento internacional)
5	2011	Batista-Júnior, Sato e Andrade	Trabalho completo em Anais (evento nacional)
6	2012	Sato, Magalhães e Batista-Júnior	Artigo em periódico científico
7	2013	Andrade	Dissertação
8	2013	Batista-Júnior	Tese
9	2013	Sato	Tese
10	2015	Batista-Júnior e Sato	Artigo em periódico científico
11	2015	Menezes	Dissertação
12	2017	Peters e Barros	Artigo em periódico científico
13	2017	Santos	Artigo em periódico científico
14	2017	Tavares	Tese
15	2019	Batista-Júnior e Sato	Artigo em periódico científico
16	2019	Miranda e Batista-Júnior	Artigo em periódico científico

Fonte: Próprios autores, 2020.

Com base no Quadro 1, analisamos que as publicações estão situadas entre 2008 e 2019, tendo os anos de 2013 e 2017 o maior número de publicações (três a cada ano). No entanto, observamos que em 2017 houve uma ampliação dos autores que inseriram o termo em suas produções, mesmo sem a parceria daqueles que, em 2008, inseriram esse conceito na literatura acadêmica.

Notamos, ainda, que nesses 12 anos (2008 – 2020), desde a inserção do termo na literatura acadêmica, o número de produções foi mínimo e realizado por um quantitativo limitado de pesquisadores. Considerando que se tratam de 16 textos

identificados ao longo de 11 anos (já que não foi identificada nenhuma publicação em 2020), observamos uma média de menos de duas produções anuais, citadas nessas bases de dados.

Constatamos que não há referências à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), provavelmente, pela coleta dos dados desses estudos ter acontecido antes da publicação do documento supracitado.

Identificamos, também, que 56% das produções contam com a participação de Sato (6 publicações) e/ou Batista-Júnior (9 produções) e que o uso do termo concentra-se na publicação de 10 pesquisadores. Desses pesquisadores, cinco contam com apenas um texto que versa sobre a temática. Assim, grande parte das publicações relaciona-se aos pesquisadores que inseriram o tema na literatura acadêmica – Sato (2008) e Batista-Júnior (2008), isto é, tal tema ainda precisa ser compreendido e divulgado para que passe a compor os escritos de outros pesquisadores. Esses dois autores apresentam publicações nas quatro categorias elencadas: teses, dissertações, artigos em periódicos científicos e trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos, assim como possuem textos publicados em parceria com outros autores, socializando e orientando as suas percepções do tema a demais pesquisadores.

Apenas cinco publicações foram produzidas sem a participação de um desses autores. Em uma delas, a dissertação de Andrade (2013), unifica-se a base desses estudos sobre o letramento, por terem sido orientados pela mesma professora.

Ao observar os títulos das investigações, o termo letramento inclusivo compõe apenas uma das publicações: um trabalho completo publicado em anais (BATISTA-JÚNIOR, 2009). Esses dados permitem-nos dizer que a ausência dessa referência no título minimiza a visibilidade do conceito norteador das análises, prejudicando sua divulgação. Compreendemos que o termo letramento inclusivo é parte dos estudos dos letramentos, mas consideramos que ele assume características específicas que visam a promover e modificar o uso da leitura e da escrita em contextos marcados pela diversidade cultural. Por isso, reafirmamos a necessidade de explicitá-lo desde o primeiro contato do leitor com o texto, de modo a torná-lo conhecido e estudado por outros pesquisadores.

Analisando as teses elencadas, observamos que as pesquisas de Sato (2013) e Batista-Júnior (2013) foram produzidas na UnB, no Programa de Pós-graduação em

Linguística, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Izabel Magalhães; e a de Tavares (2017) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no programa de Pós-graduação em Enfermagem, sob a orientação das professoras doutoras Elysângela Dittz Duarte e Roseni Rosângela de Sena. Entretanto, ressaltamos que a Profa. Dra. Maria Izabel Magalhães compôs as bancas examinadoras desse trabalhos, na qualidade de presidente, nas primeiras, e na última como examinadora externa.

As pesquisas inserem-se na Análise do Discurso Crítica (ADC) e nos NEL. A metodologia dessas pesquisas foi orientada pela Etnografia e pela Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO), tendo como estratégias para a coleta de dados a observação e a entrevista. As temáticas abordadas nos trabalhos foram: o/a(s) professor/a(s) e equipe multidisciplinar da educação especial de Brasília/DF, Fortaleza/CE e Teresina/PI (BATISTA-JÚNIOR, 2013); identidades de professores da educação inclusiva com estudantes com Síndrome de Down do Distrito Federal e Goiás (SATO, 2013) – sem identificação do(s) município(s) trabalhado(s), por opção da autora; interlocução entre a família, a educação e a assistência social – para o cuidado e atenção às necessidades de três crianças com condições crônicas – com ou sem deficiência de Belo Horizonte/MG (TAVARES, 2017).

Esse último termo, apesar de tratar de um grupo mais amplo do que aquele atendido pela educação especial, utiliza as bases do letramento inclusivo para analisar dados referentes à escola e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), portanto, enquadra-se no conceito proposto por Sato (2008, 2013) e Batista-Júnior (2008, 2013).

Como principais resultados referentes ao letramento inclusivo, destacamos que as práticas que objetivam promover situações de inserção do estudante com deficiência (BATISTA-JÚNIOR, 2013), síndromes (SATO, 2013) e condições crônicas (TAVARES, 2017) precisam ser compartilhadas pelos grupos sociais que participam das interações com esses indivíduos e apoiadas por políticas públicas intersetoriais, com vista a desvelar e orientar as práticas voltadas ao atendimento desse público.

Tratando das dissertações, três foram elaboradas por estudantes e orientadores do Programa Acadêmico de Pós-Graduação em Linguística da UnB, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Izabel Magalhães, sendo essas: Sato (2008), Batista-Júnior (2008) e Andrade (2013). Outro trabalho, Menezes (2015), está

vinculado ao Programa de Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e foi orientado pela Profa. Dra. Maria Leônia Garcia Costa Carvalho.

Sobre as temáticas desenvolvidas pelos pesquisadores, Sato (2008) investigou professores de estudantes com Síndrome de Down; Batista-Júnior (2008) trabalhou com professores de surdos; Andrade (2013) pesquisou professores de estudantes com deficiência visual; e Menezes (2015), com estudantes com deficiência intelectual. Isso revela que a predominância dos estudos evidencia interesse pelas práticas docentes.

Notamos que os textos propõem abordagens de leitura e apropriação do código escrito com especificidades: o surdo aprende o português como segunda língua, então o acesso ao conhecimento e à interação pressupõem letramentos bilíngues; o cego interage com a leitura de maneira tátil e pode envolver outros códigos, como o braile; e os alunos com Síndrome de Down e deficiência intelectual interagem com a leitura e escrita como primeira língua e, de maneira predominante, pela visualidade, entretanto apresentam especificidades de uso desse sistema linguístico quando comparados às pessoas que não apresentam deficiência.

Diante do exposto, podemos inferir que as realidades analisadas apresentam práticas que envolvem o letramento inclusivo para possibilitar a participação dos estudantes com deficiência. Todavia, cada situação requer o uso de outros letramentos (visuais, acadêmicos, bilíngues) em virtude da maneira que os interlocutores interagem com a língua escrita e com as linguagens requeridas para essa interação.

Batista-Júnior (2008) buscou, por meio de uma pesquisa etnográfica fundamentada nos pressupostos teóricos dos NEL e da ADC e nas perspectivas da ADTO, compreender como a identidade de docentes de turmas com surdos na escola regular constitui-se nas práticas e eventos de letramento. Para tanto, utilizou-se da observação, das notas de campo, da entrevista e das narrativas dos participantes. Como conclusão, aponta que o discurso dos docentes indica uma naturalização da presença de professoras para a atuação na educação inclusiva; que esses docentes reivindicam a participação da família para a promoção de atividades que ampliem o desenvolvimento do surdo.

O pesquisador notou, ainda, que apesar desses docentes buscarem alternativas para realizar adaptações a fim de promover o acesso do surdo ao

conhecimento, eles precisam de atualização oferecida pela Secretaria de Educação para otimizar os conhecimentos e promover atividades que viabilizem o desenvolvimento do educando. Além disso, Batista-Júnior (2008) pontua que os professores pesquisados caracterizam-se pela reflexividade sobre o fazer docente, dessa forma, suas identidades docentes inclusivas estão em construção.

Sato (2008) objetivou analisar a implementação da educação inclusiva em uma escola de Brasília. Para isso, por meio de uma pesquisa etnográfica, fundamentada nos pressupostos teóricos da Teoria Social do Letramento (TSL), no NEL, na ADC e com dados analisados na perspectiva da ADTO, investigou as práticas de cinco professores que ministram aulas para estudantes dos anos finais do ensino fundamental a partir de entrevistas, observações, notas no diário de campo e narrativas. Como principais resultados, identificou que os docentes associam a sua profissão ao sacerdócio, revelando a necessidade de refletir acerca da identidade docente, bem como reconheceu que nas práticas inter cruzam-se diferentes letramentos (tais como institucional, informacional e religioso), predominando, no fazer docente da educação inclusiva, os letramentos burocrático-administrativo e o pedagógico.

Andrade (2013) analisou a prática de quatro docentes que trabalham em escolas públicas de ensino médio (duas de Fortaleza e duas de Brasília), a fim de identificar os discursos e práticas de educadores que atuam com estudantes com deficiência visual. Fundamentou-se nos pressupostos teóricos do NEL e na ADC para desenvolver uma pesquisa etnográfica. Para a coleta de dados, foram utilizadas entrevistas, notas do diário de campo e fotografias; a análise dos dados seguiu as orientações da ADTO quanto à análise das entrevistas. Como resultados, destaca a necessidade de utilização, pelos docentes, de formas alternativas de letramento que viabilizem o acesso de estudantes ao conhecimento, em especial, no letramento inclusivo.

Menezes (2015) aplicou uma sequência didática de produção textual do gênero receita a treze estudantes com deficiência intelectual, com idade entre 14 a 18 anos, que frequentam o 6º ano do ensino fundamental, em classes inclusivas de Salvador/BA. Realizou, desse modo, uma pesquisa-ação, fundamentada nos multiletramentos, com dados coletados a partir de observação e pelos textos produzidos pelos estudantes. Como resultado, identificou a relevância de um

planejamento que compreenda as particularidades dos estudantes e promova atividades que acionem os seus conhecimentos prévios, de modo a permitir a consolidação de outros saberes.

Notamos uma concentração das investigações em Brasília, pois foi onde duas dessas pesquisas – Batista-Júnior (2008) e Sato (2008) - ocorreram, e Andrade (2013) realizou parte da investigação nessa localidade. Consideramos, assim, que as investigações sobre o letramento inclusivo precisam desvelar outras realidades, tendo em vista que os letramentos são históricos e situados e apresentam particularidades a partir das relações e necessidades dos usuários. Outrossim, é fundamental analisar o letramento na perspectiva de outros membros da comunidade acadêmica, em especial, as relações de uso da leitura e escrita em contextos inclusivos.

Nos periódicos, Sato, Magalhães e Batista-Júnior (2012) realizaram uma pesquisa etnográfica, com dados coletados por meio de entrevistas e observação *in loco*, para analisar os discursos e identidades de 30 profissionais (da saúde, psicologia, educação e assistência social) que atuam em seis cidades brasileiras: Brasília/DF, Taguatinga/DF, Goiânia/GO, Planaltina de Goiás/GO, Fortaleza/CE, Teresina/PI. Utilizando a base teórica da ADC, NEL, a TSL e a técnica ADTO, os autores identificaram que os professores desenvolveram uma visão messiânica no que se refere à aprendizagem dos estudantes e demonstram pouca compreensão sobre a responsabilidade da gestão pública em prover condições para promover a inclusão desses estudantes, na formação ou em recursos que subsidiem a prática docente. Esses professores buscam propiciar práticas de uso da leitura e da escrita inclusivas, mas, segundo os autores, as mulheres dedicam mais tempo para trabalhar os gêneros discursivos com o intuito de possibilitar a inclusão.

Batista-Júnior e Sato (2015) realizaram uma pesquisa etnográfica pautada na base teórica da ADC e NEL, com dados coletados a partir da observação, entrevista, notas de campo e narrativas, para analisar os discursos e práticas de letramento de 30 professores da educação especial de quatro estados Brasileiros: Distrito Federal, Goiás, Ceará e Piauí. Os autores constataram que, mesmo em um ambiente de privação de meios, recursos, insuficiência de políticas intersetoriais de apoio ao educador e à família voltadas para o atendimento dos estudantes com deficiência, novos discursos emergem das vivências e da superação das barreiras encontradas

pelos educadores, com vistas à inclusão desses estudantes em diferentes ambientes sociais.

Peters e Barros (2017) utilizaram autores que se enquadram nos NEL, como Roxane Rojo e Ângela Kleiman, para realizar um estudo pautado na Análise do Conteúdo (AC) que buscou compreender, através da aplicação de questionários, as concepções de letramento internalizadas por 10 professores de Português de nove unidades hospitalares que contam com o Serviço de Atendimento à Rede Escolarização Hospitalar (SAREH) do Paraná. As respostas indicam que os professores associam os textos às condições de uso e a uma prática social, mas desconsideram o aspecto responsivo que o texto deve assumir nessas situações, revelando a necessidade sobre a reflexão do contexto para promover letramentos na educação hospitalar.

Santos (2017) realizou o relato da experiência no projeto “Penso, logo escrevo”, que surgiu da necessidade de proporcionar situações que viabilizassem o aprimoramento de habilidades de leitura e escrita baseadas na matriz de referência do Programa de Avaliação Seriada - PAS/UNB. Nesse relato, o letramento inclusivo é apresentado a partir das modificações realizadas nas atividades para favorecer a participação de um estudante cego que utilizava o braile e, posteriormente, realizava a digitação de textos para a participação nas atividades de leitura e escrita. Além disso, durante o projeto, foram realizadas inserção de obras em áudio e produção de xilogravuras em relevo para torná-las acessíveis aos estudantes. Sobre isso, a professora conclui que ampliou a compreensão de letramento e aprimorou as estratégias utilizadas para o aprendizado dos estudantes, pois entendeu que “[...] letramento inclusivo é construído na interação professor-aluno; se trata de um campo de pesquisa que demanda um movimento intenso de educadores no sentido de criar e recriar metodologias que coloquem nos dedos as sensações que o mundo oferece” (SANTOS, 2017, p. 160). Esse é o único estudo que não faz referência aos NEL e à ADC ou TSL.

Batista-Júnior e Sato (2019) basearam-se no aporte teórico da ADC e dos NEL para identificar a formação identitária de dois professores que atuam no atendimento educacional especializado de uma escola pública de Brasília/DF. Os autores desenvolveram uma pesquisa etnográfica e, como instrumento de coleta de dados, realizaram: observação participante, entrevistas, registro de narrativas, coleta de

artefatos e registros no diário de campo. Como resultados, os autores identificaram que os professores, apesar da ausência de formação adequada e de recursos para a promoção do letramento inclusivo, procuram alternativas, de maneira empírica, que possam favorecer o aprendizado dos estudantes com deficiência. Portanto, os pesquisadores entendem que as instituições pesquisadas precisam desenvolver um projeto pedagógico mais consistente para AEE, de forma que ofereçam condições adequadas de desenvolvimento aos estudantes.

Miranda e Batista-Júnior (2019) pautaram-se nos NEL e realizaram uma investigação de abordagem etnográfica, por meio de entrevistas semiestruturadas, questionários, coleta de artefatos e observação com dois professores do curso de pedagogia, 10 docentes do ensino fundamental e nove gestores das escolas municipais de Floriano/PI. Para isso, observaram que as práticas de letramento inclusivo fixam-se no atendimento realizado pelos educadores que atuam no AEE. Contudo, esses docentes encontram barreiras para a sua efetivação, tais como formação deficitária sobre temáticas relativas à educação inclusiva e articulação insuficiente entre secretaria de educação, gestão escolar e comunidade escolar.

Diante do exposto, podemos notar que, nas publicações em periódicos, predominam os estudos de Batista-Júnior no eixo Centro-Oeste e Nordeste, envolvendo Brasília, Goiás, Ceará e Piauí, a pesquisa etnográfica e a ADC. Apenas a pesquisa de Peters e Barros (2017) desvela análises provenientes do Sul do país e a abordagem de Análise do Conteúdo para discutir e apresentar os dados.

Nos trabalhos completos publicados em anais de eventos, notamos que Batista-Júnior realizou sozinho duas dessas publicações em eventos internacionais (2009 e 2011) e contou com a parceria de Sato e Andrade em uma publicação em evento nacional em 2011. As bases teóricas da ADC e NEL acuraram o olhar dos investigadores para realizarem um estudo etnográfico, com dados oriundos de entrevistas, associados às narrativas e notas de campo.

Batista-Júnior (2009) realizou uma pesquisa etnográfica com pressupostos teóricos da ADC e da TSL para analisar a compreensão do uso de gêneros do discurso por professores de duas escolas públicas do Distrito Federal (DF). O autor identificou, por meio de observações e entrevistas, que esses docentes referem-se aos usos do texto, mas não relacionam os textos utilizados aos gêneros. Ademais, analisa que a experiência de ensino com alunos com deficiência proporcionou uma mudança de

práticas pedagógicas para atender às necessidades desses estudantes, caracterizando a reflexividade sobre a atividade docente. Contudo, pontua que, devido à formação básica do educador ocorrer anteriormente à publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), faz-se necessária a promoção de formação continuada pela Secretaria de Educação do referido estado, no intuito de oferecer reflexões que permita ao docente embasar as suas práticas.

Batista-Júnior (2011) realizou uma pesquisa etnográfica, com as bases teóricas da ADC e NEL, em três cidades brasileiras (Teresina/PI, Fortaleza/CE e Brasília/DF) para, a partir de entrevistas com gestores, professores do AEE e familiares, identificar os letramentos, identidades e a interdisciplinaridade que ocorrem nesses espaços. O autor verificou que nesses espaços os letramentos predominantes são o acadêmico, o institucional, o informal e o burocrático. Além disso, pontuou que há uma atribuição da docência nesses espaços ao feminino, tendo em vista que as características socialmente associadas às mulheres são elencadas como requeridas ao docente do AEE. O pesquisador identificou ainda que, embora o discurso e a prática de atividades revelassem proximidade entre os professores e gestores, a produção do relatório do estudante foi segmentada, manifestando uma prática burocrática.

Batista-Júnior, Sato e Andrade (2011) realizaram a pesquisa etnográfica com trinta docentes da escola regular e oito profissionais da saúde (como Fonoaudióloga, Terapeuta Ocupacional, Psicóloga, Assistente Social) que atuam no AEE em escolas públicas de Brasília, Sobradinho e Taguatinga/ DF, Fortaleza/CE, Goiânia/GO e Teresina/PI. Para isso, recorreram aos pressupostos da ADC e dos NEL. Os dados foram analisados por meio da triangulação e revelaram alguns resultados semelhantes ao estudo de Batista-Júnior (2011), como a atribuição da docência na educação especial à mulher, a reflexividade do docente nas atividades pedagógicas, bem como a internalização de uma identidade docente próxima ao sacerdócio, na qual cabe ao professor (e não ao sistema escolar) vencer as barreiras para promover o ensino do estudante.

Como aspectos particulares desse estudo, citamos a análise do tema em seções que envolvem, em um primeiro momento, as práticas voltadas para estudantes com Síndrome de Down (nas quais não foram observadas mudanças nas práticas de letramento) e, em um segundo momento, analisar o atendimento ao surdo (que foi pontuada uma mudança tímida no uso de textos e práticas de letramento). Em síntese,

compreendem que o letramento inclusivo constrói-se a partir da prática dos professores, necessitando, assim, do apoio da família e de Políticas Públicas para que se torne uma prática social em detrimento da restrição aos ambientes escolares.

Nos trabalhos completos publicados em anais de eventos, predominam também as pesquisas de Batista-Júnior e colaboradores, em investigações que têm Brasília como *locus*, ou como um dos espaços que compõe as observações. Os profissionais da educação em contextos da educação inclusiva são o foco de interesse desses pesquisadores, e a observação e entrevista são as principais estratégias de coleta de dados.

Em síntese, as pesquisas analisam práticas escolares, sobretudo, mediadas por docentes. Nesse sentido, questionamo-nos se esses estudos, predominantemente, enfatizam o papel do professor, seja da classe regular, seja do atendimento especializado. A divulgação desses estudos pode reforçar que o docente tem um papel diferenciado nas práticas de letramento inclusivo? Considerando que o letramento é uma prática social, qual o papel dos demais interlocutores para a promoção de práticas de letramento inclusivo? Como essas pesquisas contribuem para centrar na escola a responsabilidade sobre o letramento inclusivo?

Diante do exposto, compreendendo que as práticas de letramento são forjadas nas relações sociais mediadas pela língua e, assim sendo, faz-se necessário ampliar os estudos e a divulgação sobre as práticas de letramento inclusivo para os grupos sociais que interagem com a pessoa com deficiência em outros espaços sociais, de modo que as análises revelem as diversas nuances assumidas pelo uso da linguagem em múltiplos contextos, tempos e culturas. Acreditamos que a prática de letramento inclusivo deve estender-se a espaços não escolares e, nesse sentido, estudar e apresentar dados que permitam efetivá-lo, em especial, com pesquisas que pressupõem intervenções, de modo a permitir reflexões sobre as nossas relações, enquanto sociedade, por meio da linguagem, e ressignificá-las de maneira que se tornem mais inclusivas.

Dessa forma, consideramos que ampliar os estudos para englobar os letramentos forjados em situações que promovem a aprendizagem de maneira informal - como no contexto familiar, espaços de lazer, ambientes religiosos – pode trazer grandes contribuições para a promoção de uma sociedade mais inclusiva.

Sobre a metodologia, identificamos que grande parte dos estudos foi realizado utilizando métodos etnográficos, selecionados pela percepção que possibilitam sobre os textos e o seu uso. Contudo, nos questionamos quais métodos poderiam contribuir para entendermos outros aspectos voltados ao letramento inclusivo. Nesse sentido, a análise de experiências que focalizam as intervenções, como aquela realizada por Santos (2017), pode contribuir para mostrar ações que colaboram para a efetivação e promoção do letramento inclusivo. Logo, concluimos que se faz necessária a utilização de métodos e abordagens diversas para compreendermos e efetivarmos ações de valorização da diversidade dos estudantes com deficiência em diferentes tempos, espaços, modos de interação, entre outros aspectos que contribuem para a sua inclusão.

Diante dessas análises, outras indagações surgem: é necessário ter formação específica para desenvolver práticas de letramento inclusivo? Como as famílias desenvolvem o letramento inclusivo com as pessoas com deficiência? Quais métodos proporcionam o entendimento de práticas letradas favorecedoras do letramento inclusivo? Essas, entre outras indagações, nos movem na busca por pesquisas e no desenvolvimento de nossas próprias investigações sobre o tema, para dar visibilidade à emergência de práticas de letramento que favoreçam todas as pessoas, com as suas singularidades, na participação de práticas letradas.

Considerações finais

As práticas de letramento são situadas, ou seja, recebem influências da cultura e da percepção e uso da leitura e da escrita dos grupos sociais. Portanto, as práticas de letramento inclusivo são influenciadas pelo reconhecimento da função social dos indivíduos e das possibilidades de promoção de uso da língua nos ambientes em que interagem. Assim, observamos que as pesquisas focam na prática docente, reforçando que, por meio da análise desse participante do processo educativo, é possível compreender a prática de letramento inclusivo. Notamos ainda que grande parte das pesquisas remetem a espaços ou momentos educativos, porém compreendemos que o uso da escrita permeia diferentes práticas sociais e, em face disso, precisam ser estudadas considerando diferentes grupos e espaços sociais, para que não se restrinja a interações da educação formal.

Tratando-se do estudo de práticas de letramento junto aos professores, observamos que essas investigações buscam compreender as identidades e as práticas desses docentes em espaços em que a língua e os textos devem ser usados de maneira a proporcionar a interação e o aprendizado das pessoas com deficiência, os letramentos inclusivos, e que os demais participantes (família e/ou estudantes) sejam inseridos como coadjuvantes nesse estudo. Desse modo, torna-se necessário desenvolver abordagens centradas em outros interlocutores, para compreender esse fenômeno de maneira complexa e a partir de outros olhares de participantes que interagem com a pessoa com deficiência hodiernamente.

Os estudos excluídos revelaram que associar letramento e inclusão não implica na adoção do termo letramento inclusivo, pois outros letramentos podem ser evocados sem que, necessariamente, sejam associados à pessoa com deficiência, como o letramento digital ou o letramento da pessoa com deficiência para o uso de textos, por exemplo.

Nos trabalhos que versam sobre o letramento inclusivo que compõem este estudo, as práticas de uso da leitura e da escrita não se restringem a inserir o estudante com deficiência no mundo letrado, mas a todos os textos, eventos e práticas de letramento que são organizados de maneira a inserir a pessoa com deficiência nas atividades de leitura e escrita. Entretanto, nem todas as práticas referem-se à relação do estudante com deficiência, pois, as práticas de letramento burocrático, por exemplo, envolvem relações entre docentes e gestores que também contribuem para proporcionar um ambiente inclusivo.

Sobre a metodologia das pesquisas, notamos que grande parte concentra-se na perspectiva etnográfica, sem caráter de intervenção, mas apenas de compreensão da realidade. Logo, há uma lacuna de pesquisas que pressupõem intervenções e suas análises, possibilitando identificar e analisar contribuições para a promoção do letramento inclusivo.

Pelo número de estudos e período observado, notamos que se faz necessária a divulgação desse conceito em outros espaços, além de um maior número de pesquisas, em especial, aquelas que abranjam localidades e espaços sociais que ainda não foram estudadas, a fim de que seja possível compreender semelhanças e divergências e, assim, possamos vislumbrar caminhos que permitam implantação e

implementação de propostas que viabilizem a internalização de usos e práticas de letramento inclusivo.

Notas

* Adriana Moreira de Souza Corrêa é mestra em ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, especialista em Educação Especial pela Universidade Federal do Ceará, Graduada em Letras Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina e professora da Universidade Federal de Campina Grande.

** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atual presidente da Comissão Permanente de Inclusão e Acessibilidade do CERES/UFRN.

Referências

ANDRADE, Sinara Bertholdo de. **Discursos e letramentos na inclusão de pessoas com deficiência**. 2013. 173 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BATISTA-JÚNIOR, José Ribamar Lopes. **Os discursos docentes sobre inclusão de alunas e alunos surdos no ensino regular**: identidades e letramentos. 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BATISTA-JÚNIOR, José Ribamar Lopes. Gêneros discursivos nas práticas de letramento inclusivo. In: **Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais**, 5, 2009, Caxias do Sul. Anais... Caxias do Sul, 2009, p. 2106 – 2117.

BATISTA-JÚNIOR, José Ribamar Lopes. Atendimento educacional à pessoa deficiente: discursos e letramentos. In: **Congresso Internacional da ABRALIN**, 7, 2011, Curitiba. Anais... Curitiba, 2011, p. 1 – 20.

BATISTA-JÚNIOR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; ANDRADE, Sinara Bertholdo de. Letramento e educação especial: uma análise discursiva da inclusão no Brasil. In: **Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**, 7, 2011, Londrina. Anais... Londrina, 2011, p. 62 – 74.

BATISTA-JÚNIOR, José Ribamar Lopes. **Discurso, identidade e letramento no atendimento educacional à pessoa com deficiência**. 2013. 310 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BATISTA-JÚNIOR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges. Educação inclusiva no Brasil: discursos e práticas de letramento. **Discurso & Sociedad**, v. 9, n. (1 - 2), p. 201 - 221, 2015. Disponível em: <[http://www.dissoc.org/ediciones/v09n01-2/DS9\(1-2\)Ribamar&Borges.pdf](http://www.dissoc.org/ediciones/v09n01-2/DS9(1-2)Ribamar&Borges.pdf)>. Acesso em: 6 set. 2020.

BATISTA-JÚNIOR, José Ribamar Lopes; Denise Tamaê Borges. A inclusão de pessoas com deficiência e o papel do educador especializado na escola regular: discurso, identidade e letramento. **RALED**, v. 19, n. 2, p. 111 – 127, 2019. Disponível em: <<https://raled.comunidadeled.org/index.php/raled/article/view/384>>. Acesso em: 3 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 9 out. 2021.

BRASIL. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. MEC/SECADI. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2021.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para a sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183 - 184, jan-mar, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ress/v23n1/2237-9622-ress-23-01-00183.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MENEZES, Maria Aparecida Alves. **Letramentos e Educação Inclusiva**: construindo práticas de leitura e escrita no ensino fundamental II. 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Mestrado Profissional em Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

MIRANDA, João Marcos Messias; BATISTA-JÚNIOR, José Ribamar Lopes. Trajetos de pesquisa: Educação Inclusiva em Floriano-PI. **Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva**, Manaus, v. 2, n. 3, jan./jun., 2019. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/educacaoInclusiva/article/view/4876/4448>>. Acesso em: 6 set. 2020.

PETERS, Itamara; BARROS, Eliana Merlin Deganutti de. Letramentos no contexto da educação hospitalar. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 33, n. 1, jan/jul, p. 252-279, 2017. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/14>>. Acesso em: 6 set. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Adelaide de Paula. Penso, logo escrevo: um projeto de letramento. **Revista Com Censo**: estudos educacionais do Distrito Federal, v. 4, n. 3, 158-161, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/244>>. Acesso em: 6 set. 2020.

ROJO, Roxane. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. (orgs.) **Multiletramentos na Escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SATO, Denise Tamaê Borges. **A inclusão da pessoa com Síndrome de Down: identidades docentes, discursos e letramentos**. 2008. 149 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

SATO, Denise Tamaê Borges. **A construção da identidade de gênero na educação inclusiva: letramento e discurso**. 2013. 397 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SATO, Denise Tamaê Borges; MAGALHÃES, Izabel; BATISTA-JÚNIOR, José Ribamar Lopes. Desdobramentos recentes da educação inclusiva no Brasil: discursos e práticas de letramento. **RBLA**. Belo Horizonte, v. 12, n. 4, p. 699-724, 2012. Disponível em: <<https://raled.comunidadealed.org/index.php/raled/article/view/384>>. Acesso em: 6 set. 2020.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Editora Autêntica: 2007.

TAVARES, Tatiana Silva. **O cuidado às crianças com condições crônicas e a garantia de seus direitos sociais**. 2017. 221 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.